

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: PRIMEIRAS ANÁLISES

Mônica Pereira dos Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro
monicapes@gmail.com

Manoella Senna

Universidade Federal do Rio de Janeiro
manoellasenna@hotmail.com

Michelli Agra

Universidade Federal Fluminense
millissousa@yahoo.com.br

Eixo Temático: Atendimento Educacional Especializado e SRMs

Categoria: Pôster de Pesquisa

Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

RESUMO

O artigo apresenta a constituição do Observatório Estadual de Educação Especial do Rio de Janeiro (OEERJ) a partir de sua vinculação com o Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP) e alguns dados extraídos do estudo preliminar, de caráter colaborativo, que iniciou as atividades do Observatório Estadual. O objetivo é compartilhar estes dados preliminares tendo em vista promover uma discussão sobre o atual estado da arte das culturas, políticas e práticas de educação especial do Rio de Janeiro no que tange à sua relação com a implementação de políticas (nacionais) que orientam o direcionamento inclusivo da educação especial por meio da implementação de salas de recursos multifuncionais (SRMs). Para tanto, serão apresentadas as primeiras análises acerca das entrevistas e dos questionários realizados com os gestores de educação especial dos municípios participantes da pesquisa, que apontam, por ora, uma articulação das práticas às culturas e políticas de inclusão em educação. O pressuposto, portanto, é o de que o processo de inclusão deve acontecer na sala comum, de forma que as SRMs deem suporte e complementação ao aprendizado dos alunos, visto que a inclusão só acontece efetivamente quando temos a oportunidade de dividirmos experiências diversas em ambientes comuns.

Palavras-chave: Salas de recursos multifuncionais. Educação especial inclusiva. Políticas de inclusão.

Introdução

A exclusão, processo complexo e multifacetado (SAWAIA, 2011, p. 9), tem sido fenômeno frequente na arena educacional. Pensar em uma educação para grupos em situação ou risco de exclusão é pensar na redução das barreiras que os impeçam de conviver socialmente e participar ativamente na sociedade.

Nesse sentido, assim como Santos (2009), entende-se, aqui, o conceito de inclusão como um processo infundável que não se resume apenas a um grupo em situação de exclusão e nem a uma área da vida humana somente. Inclusão é uma luta em função da garantia de participação plena de todo e qualquer ser humano em qualquer arena da sociedade. Inclusão diz respeito, portanto, a todo e qualquer grupo humano que esteja submetido, por quaisquer razões que sejam, a situações de opressão, exclusão, discriminação e não participação.

No entanto, para fins de pesquisa é impossível focalizar todos os grupos ao mesmo tempo. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo discutir o contexto de exclusão de um destes grupos vulneráveis: o das pessoas com deficiência. Assim, no que tange às políticas de inclusão em educação de pessoas com deficiência do Brasil, desde 2005, o Departamento de Educação Especial da SECADI/MEC vem apoiando a modalidade de Atendimento Educacional Especializado (AEE) com a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs). (ONEESP; OEERJ, 2010, 2011).

O AEE, como tal, tem a função de identificar e elaborar recursos pedagógicos que reduzam as barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, ou seja, alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs). No Decreto 7611 (BRASIL, 2011), art. 5º, parágrafo 2º ainda é salientado que a União deve oferecer as escolas públicas suporte técnico e financeiro no que se refere a formação continuada dos professores, formação de gestores e outros profissionais na perspectiva da inclusão, além de adequação arquitetônica de prédios escolares para a acessibilidade, entre outros.

Assim, diante da intenção de estudar, no âmbito nacional e estadual, as políticas relacionadas ao programa de implementação das SRMs, um grupo nacional de pesquisadores desenvolveu o Observatório Nacional da Educação Especial e os Observatórios Estaduais de Educação Especial. O Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP) é composto por 43 universidades públicas em 18 estados do Brasil e coordenado pela UFSCar. Já o Observatório da Educação Especial do Estado do Rio de Janeiro (OEERJ) é composto por 4 universidades públicas (UFRJ, UFF, UERJ e UFRRJ) que se propuseram a conduzir um estudo em rede de delineamento misto que envolve estudos locais nos municípios com os professores de SRMs e os gestores da equipe de Educação Especial.

Objetivos

O objetivo maior desses observatórios é avaliar a dimensão das consequências e das possíveis modificações que ocorreram na vida dos alunos usuários das SRMs e na prática pedagógica dos próprios professores que atuam nessas salas. Dessa forma, esses questionamentos nos levaram a refletir, em conjunção com o Observatório Nacional: quais são os limites e possibilidades que as SRMs oferecem para os que lecionam e os que aprendem nela?

A criação do OEERJ consolida uma rede de estudos, pesquisas e apoio técnico-interdisciplinar relativa ao campo da Educação Especial. Nesse sentido, os objetivos específicos do OEERJ pretendem (1) identificar o trabalho que está sendo feito nas SRMs e (2) verificar o impacto na atuação do professor da sala de aula comum e, por consequência, dos estudantes.

As SRMs oferecem suporte e complementação para a aprendizagem dos alunos com NEEs. No entanto, é na sala de aula comum que a inclusão deve acontecer, de maneira que sejam mobilizadas as três importantes dimensões do processo de inclusão em educação: as culturas, as políticas e as práticas.

A construção de culturas refere-se aos princípios, valores, crenças que orientam e servem como base de justificativa de nossas intenções e ações pedagógicas. O desenvolvimento de políticas é a expressão das intenções, do planejamento, das estratégias que encorajam a inclusão. A orquestração das práticas, por sua vez, é o próprio fazer pedagógico que acontece a partir dos princípios e das intenções que buscam incluir e atender à diversidade (SANTOS, 2009, p. 14-17).

Tendo em vista que o professor é peça fundamental para a mobilização dessas dimensões, dentro e fora da sala de aula, e, conseqüentemente, para que a inclusão aconteça, optase, para melhor abordagem do problema, por enfocar os obstáculos dessa política diante da prática pedagógica do professor das SRMs. Dessa maneira, podemos também inferir sobre a qualidade e resultados do serviço oferecido a esses estudantes e o impacto direto na atuação do professor da sala de aula comum, a pesquisa aqui apresentada pretende estudar as SRMs nos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu e Petrópolis.

Metodologia

De encontro aos objetivos anunciados, a metodologia adotada pelo Observatório Nacional é a pesquisa do tipo colaborativa, segundo a qual se faz pesquisa “com” os professores e não “sobre” eles (LIEBERMAN, 1986), o que a torna mais participativa, já que todos serão co-construtores do estudo. Além disso, haverá a participação dos gestores de Educação Especial das redes educacionais. A coleta de dados do estudo de campo estadual, realizada por uma survey, será disponibilizada via internet e construída coletivamente no contexto do Observatório Nacional (SENNA; AGRA, 2011).

O fato de a pesquisa estar em andamento não nos permite ainda ter resultados finais. Por enquanto, foi realizado um estudo preliminar, com três dos cinco municípios, em que levantou-se dados demográficos e administrativos por meio de um questionário aplicado aos gestores de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação dos municípios: do Rio de Janeiro, Niterói e Petrópolis. Foram também realizadas entrevistas com esses gestores, acrescentando o município de Nova Iguaçu (que passou a integrar a pesquisa posteriormente). E ainda, organizamos um encontro com os mesmos a fim de apresentar as pesquisas Nacional e Estadual e construir uma relação verdadeiramente

colaborativa, além de planejarmos conjuntamente os próximos passos da pesquisa. Desse modo, para o presente trabalho, procuramos trazer nossas análises acerca dos questionários e das entrevistas.

Resultados Preliminares

Antes de apresentar os resultados preliminares, vale ressaltar que em termos numéricos, o município do Rio de Janeiro com 6.323.037 habitantes apresenta 5.000 alunos no AEE, 314 SRMs e 426 professores de SRMs. O município de Petrópolis, com 296.044 habitantes, apresenta no AEE 453 alunos, 33 professores atuando em 35 SRMs. Niterói, por sua vez, com 487.327 habitantes, tem 828 alunos no AEE, 69 professores atuando em 59 SRMs enquanto Nova Iguaçu, com 795.212 habitantes, apresenta 600 no AEE e 61 professores lecionando em 33 SRMs.

Dessa forma, os municípios acima compreendem um total de 6881 alunos no AEE e 589 professores lecionando em 446 SRMs. A amostra por proporcionalidade é de 59 SRMs a serem estudadas no Rio de Janeiro enquanto que nos outros municípios serão estudados os seus totais de SRMs. Contudo, diante do questionário respondido pelas gestoras da Educação Especial dos municípios do Rio de Janeiro, Petrópolis e Niterói, identificamos um total de 3937 alunos com deficiências incluídos nas redes de ensino.

Os dados demonstraram que o atendimento nas classes especiais ainda é maior do que nas SRMs, mas a ideia, segundo o programa de implementação das SRMs do MEC, é que esse número seja revertido. Por ora, percebe-se que desses 3937 alunos com deficiências incluídos, 3918 estão recebendo AEE nas SRMs, que nos três municípios somam um total de 571 salas. Quanto aos cursos oferecidos pelos municípios aos professores da rede comum, existem cursos de especialização em AEE, curso de LIBRAS, Braille, Sorobã e, ainda, cursos sobre NEEs.

Por meio das entrevistas realizadas com as gestoras dos municípios de Niterói, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e Petrópolis foi possível identificar algumas das peculiaridades e das semelhanças existentes entre eles. Vale ressaltar que em função do espaço concedido para este artigo, não foi possível contemplar as respostas do Rio de Janeiro e Petrópolis, mas percebemos que as dificuldades se repetem, sobretudo, para os professores das salas comuns e, conseqüentemente, para o alunado. O professor fica à mercê de mudanças que, muitas vezes, não são devidamente esclarecidas, enquanto sua formação e capacitação também não são privilegiadas, como observado nas respostas dadas pelos gestores.

No âmbito de Niterói, inicialmente, havia um desconhecimento grande do professor da classe comum na identificação da criança com NEEs, isso fazia com que a coordenação recebesse diversos encaminhamentos de casos que muitas vezes era resultante de outros processos como inadequação de série/idade e outras defasagens pedagógicas. No entanto, ainda neste período o gestor ressalta que muitos alunos com deficiência começaram a se matricular nas escolas da rede e houve a necessidade de dar suporte aos professores quanto à identificação destes estudantes para, assim, incluí-los da melhor maneira, de modo que:

[...] a equipe se reuniu e após estudos escreveu a primeira Portaria (Portaria FME nº 239/01) para regulamentar a entrada, a caracterização do aluno com deficiência, a avaliação, a modulação da turma, entre outros aspectos, à luz das concepções teóricas naquele momento.

No ano de 2000, já havíamos criado a primeira sala de recursos da rede, também com base nos estudos das publicações do MEC/SEESP sobre o tema.

Esse contexto nos faz refletir que, desde o primeiro momento, a capacitação do professor é um pressuposto para que a inclusão seja real. Tão somente a implantação das SRMs não é o suficiente, pois é preciso investimento e acompanhamento frequente das dificuldades dos alunos, dos professores e de todos os envolvidos. Os problemas majoritariamente em Niterói são colocados no desabafo e nas próprias palavras do gestor:

As famílias não têm condições de retornar com os filhos no contra turno para o atendimento nas salas de recursos multifuncionais. Faltam recursos financeiros para o transporte, falta acompanhante para o aluno quando a mãe trabalha fora, faltam profissionais nas escolas para outras dificuldades apresentadas pelas escolas. Para tentar garantir o atendimento do aluno é feito um planejamento pedagógico com a equipe da escola, de forma que o aluno frequente a sala de recursos no turno em que está na escola e em horário planejado pelas professoras regentes e de sala de recursos.

Ou seja, as escolas vêm tentando se adequar à realidade do aluno para que seja um momento prazeroso de aprendizado e troca, mesmo enfrentando as diversas barreiras. Vale ressaltar que o aluno, na fala acima, não é apontado como a causa do problema como há tempos era comumente percebido. Atualmente, ainda que em um processo lento de conscientização, a inclusão é entendida por muitos, como a melhor forma de aprendermos e crescermos juntos em busca de uma educação, para não dizer um mundo, mais democrático.

Por outro lado, no município de Nova Iguaçu a dificuldade é ainda maior, pois ainda necessitam das classes especiais, como esclarece o respectivo gestor:

Porque é uma necessidade ainda do nosso município, mesmo a gente sendo contraditório à lei, mas há uma necessidade da permanência das classes especiais, porque quando chega o aluno com múltiplas deficiências, a gente não tem como acolhê-lo na sala de aula regular; então o que a gente faz, encaminha para o PAUL HARRIS [uma escola especial], mas já trabalhando na perspectiva de uma escola inclusiva.

Dessa forma, o que observamos é uma falta de recursos que acabam por impedir o processo de inclusão como defendemos. Por mais que a dimensão da política exista – ou seja, as intenções que encorajam a inclusão – é preciso que a mesma atinja a dimensão das culturas de forma que mudem os valores, as crenças e, ainda, a própria dimensão das práticas, onde o fazer pedagógico de fato promova a interação e o aprendizado de alunos com e sem deficiência na sala comum.

Considerações Finais

No que concerne às práticas de ensino dos professores de SRMs e salas comuns, é necessário total envolvimento e conscientização sobre as culturas, políticas e práticas de inclusão em educação de maneira que elas se movimentem em direção a processos inclusivos e possam alcançar o objetivo principal: um aprendizado efetivo com participação de todos os alunos, independente de suas diferenças.

Observa-se que a formação do professor que vai lecionar tanto nas SRMs quanto nas salas comuns ainda é precária. Faltam investimentos em capacitações que possam fazer da prática de ensino um processo mais inclusivo. As escolas públicas estão passando por diversas mudanças quanto à implantação das SRMs, como mobiliários e prédios, mas tão somente isto, não é o bastante. Desta maneira, apesar do professor estar a mercê da gestão dos sistemas e redes que atuam como prováveis variáveis intervenientes das diversas realidades vivenciadas nos municípios, a escola é um ambiente de todos e para todos.

Portanto, levando em consideração que este estudo não é conclusivo, nos resta investigar essas culturas, políticas e práticas tendo em vista detectar suas riquezas e suscitar debates que alimentem o próprio movimento pela inclusão.

Referências

SENNA, Manoella; AGRA, Michelli. (2011). Observatório Estadual de Educação Especial: Estudo em rede estadual sobre as salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns do Rio de Janeiro – Apresentação e reflexões sobre a pesquisa em desenvolvimento. In: JORNADA GIULIO MASSARANI DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, ARTÍSTICA E CULTURAL, 32., Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: UFRJ. CD ROM.

BRASIL. (2011). **Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF.

LIEBERMAN, A. (1986). Collaborative research: Working with, not working on... **Educational Leadership**, 43 (5), 29-32.

ONEESP. (2010). **Observatório Nacional da Educação Especial**: estudo em rede nacional sobre as Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns. São Paulo: UFSCar.

OEERJ. (2011). **Observatório Estadual da Educação Especial**: estudo em rede sobre as Salas de Recursos Multifuncionais nas Escolas Municipais. Rio de Janeiro: UFRJ.

SAWAIA, Bader. (2001). Introdução: Inclusão ou Exclusão Perversa. In: SAWAIA, B.(Org.) **As Artimanhas da Exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes.

SANTOS, Mônica Pereira dos. (2009). Inclusão. In: SANTOS, M. P.; PEREIRA, M.; MELO, S. C.(Org.) **Inclusão em Educação: Diferentes interfaces**. Curitiba, Editora CRV.